**RELATÓRIO DE ALTERAÇÕES E CARTA AOS AVALIADORES EM RESPOSTA AO PARECER RECEBIDO**

**Título do Artigo:** ATIVO INTANGÍVEL COM EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL NOS CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS E EUROPEUS

Prezados Avaliadores e Editor,

Atendendo às recomendações recebidas em 09 de agosto de 2016, as autoras deste artigo apresentam a terceira versão revisada do mesmo, em resposta aos questionamentos apresentados nos pareceres dos avaliadores.

 Cumpre salientar que as autoras agradecem a leitura criteriosa dos pareceristas, cujas recomendações foram, não apenas acatadas, mas fonte de reflexão e inspiração para reformulações mais substantivas do texto. Nesse sentido, a terceira versão ora apresentada para apreciação resulta de trabalho de revisão textual e de um processo de decisão quanto à natureza da reformulação dos conteúdos apresentados abaixo:

 Seguem as observações, sugestões e solicitações identificadas pelos avaliadores e as respectivas reformulações feitas pelas autoras:

**Avaliador B**

* **Parte 4: Sugestões para melhoria quanto à forma (estrutura, linguagem, legibilidade):**

*1) Pequenos erros de grafia: pág. 3 em objetivos específicos retificar "DENCIAÇÃO "; pág. 14 no 1º parágrafo retificar "presentess"; pág. 16 nas considerações finais "intngíveis".*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| Os ajustes foram realizados no texto.  |

**Avaliador C**

* **Parte 3: Sugestões para melhoria quanto ao conteúdo (introdução, desenvolvimento, metodologia, conclusão):**

*1) O primeiro argumento utilizado (1º parágrafo) na introdução está deslocado. Em nenhum momento é explorado a questão da qualidade da informação e redução do custo de capital.*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| O primeiro parágrafo da introdução foi excluído.  |

*2) No 4º parágrafo, parece-se contraditório os argumentos. Se utiliza na introdução uma literatura que prega a divulgação das informações para o usuário primário dessa informação, que é o mercado de capitais. Falta uma discussão se essa mesma concepção seria validade para as entidades constante da amostra, tendo em vista que boa parte das mesmas não possui ações negociados no mercado de capitais. Sendo assim, é fraca a problematização do trabalho vis a vis as entidades da amostra. Ou seja, como abordar a questão da evidenciação em empresas fechadas? Qual o incentivos delas para se ter informação de qualidade? Quem são os principais usuários dessas informação.* *Nesse contexto, a fundamentação teórica é falha ao não trazer para discussão temas relacionados a divulgação (voluntária/obrigatória), escolhas contábeis, ambiente institucional.*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| Foram realizados os ajustes solicitados. Ao final do parágrafo foi incluído o seguinte adendo apresentando as razões que ratificam a assertiva anterior. *“Diante disso, a divulgação das informações financeiras e patrimoniais dos clubes de futebol, independente do ambiente institucional no qual estão inseridos, tem sido a cada dia mais explorada nos âmbitos empresarial e acadêmico. Assim, apesar de não terem todos os clubes de futebol constantes da amostra deste estudo ações negociadas no mercado de capitais, em geral, os países de origem dos clubes têm requerido nos últimos anos a divulgação das informações financeiras dessas entidades por meio de suas próprias legislações. No caso específico do Brasil, a Lei Nº 13.155/2015 - que estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEX; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências. O Conselho Federal de Contabilidade - CFC, por sua vez, em 2013 normatizou a situação das entidades desportivas, independente da sua estrutura jurídica (sociedade sem fins lucrativos, sociedade limitada ou sociedade anônima), ao instituir a norma brasileira de contabilidade ITG 2003, criada para estabelecer critérios e procedimentos específicos de avaliação, registro contábil e estruturação das demonstrações contábeis das entidades desportivas profissionais (CFC, 2013).”* |

*3) Quanto a relevância do trabalho, o que diferencia este dos outros estudos como aqueles referenciados na introdução?*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| Foram realizados os ajustes solicitados no penúltimo parágrafo da Introdução, acrescentando ao final o seguinte trecho: *“Apesar da incidência de alguns estudos sobre clubes esportivos encontrados na revisão de literatura realizada, verifica-se uma lacuna quanto a trabalhos que contemplem maior quantidade de clubes, e ainda que utilizem técnicas estatísticas capazes de verificar a associação entre os intangíveis e o desempenho dos clubes. Assim, este estudo se diferencia dos demais à medida que investiga a associação entre o ativo intangível com evidenciação contábil e o desempenho econômico de importantes clubes com alcance nacional e internacional por meio da adoção de proxies, como AIG e RAI, não exploradas até o momento em estudos em clubes de futebol nacionais e estrangeiros como o que se apresenta.”* |

*4) O que significa denciação?*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| O ajuste foi realizado no texto.  |

*5) Na pág. 4, afirma-se que diversos pesquisadores buscaram mecanismos de identificação de ativos intangíveis. Achei que as referências para sustentar essa observação muito antiga, tendo como parâmetro as normas internacionais de contabilidade, ou seja, antes de as IFRS terem se tornado obrigatórias.*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| As referências foram atualizadas e o texto ficou da seguinte forma: *“Entre esses mecanismos destacam-se os indicadores e as classes ou grupos para os ativos intangíveis (BASSI, 1997; BONTIS, 1998; ROOS; EDVINSSON; ROOS, 1998; O'DONNELL; O'REGAN, 2000; ANDRIKOPOULOS; KAIMENAKIS, 2006; ABREU; DIEHL; MACAGNAN, 2011; PARENTE; DE LUCA; VASCONCELOS, 2015; GALVÃO; MIRANDA, 2016; MOTA; BRANDÃO; PONTE, 2016).”*  |

*6) O que seria incipiência de evidenciação (pág 5). Acho que é melhor referenciar como baixa evidenciação.*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| O ajuste foi realizado no texto. |

*7) É apresentada uma hipótese de que existe diferenças entre as divulgações de entidades brasileiras e europeias. No entanto, em nenhum momento é feito uma discussão prévia que pudesse dá sustentação a hipótese formulada. Por que seria diferente? Deveria ser diferente? Quais os incentivos existentes que possam levar a uma diferenciação. Isso demonstra, como já relatado, como é frágil a base teórica do trabalho.*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| O ajuste foi realizado no texto com a inclusão do seguinte parágrafo antes da hipótese do estudo: “*Do exposto, pressupõe-se que os clubes europeus implementam práticas de evidenciação contábil (disclosure) mais consolidadas e há mais tempo, em razão da normatização mais remota, mesmo que não específica ao ativo intangível, bem como em virtude da forma jurídica predominante em que são constituídas, enquanto os clubes brasileiros somente passaram a ser obrigados a apresentar as demonstrações financeiras há pouco mais de 13 anos, a partir da publicação da Lei nº 10.672/2003. Cabe salientar que grande parte dos clubes de futebol europeus é constituída na forma de sociedade anônima, com ações listadas no mercado de valores, cumprindo mais exigências fiscais e, principalmente, dos investidores e demais stakeholders. Enquanto no Brasil, ainda é recente a tentativa de moralização do futebol, bem como a transformação das entidades desportivas de entidades sem fins lucrativos para “clubes-empresas”. Diante das diferenças identificadas nas normas internacionais e nacionais referentes à elaboração das demonstrações financeiras dos clubes de futebol e com base nos argumentos oferecidos na literatura sobre a baixa evidenciação contábil dos ativos intangíveis pelas entidades desportivas (BURSESI; CARRATALÁ, 2003; BASTOS; PEREIRA; TOSTES, 2007; ROLIM, 2009; SILVA; CARVALHO, 2009; REZENDE; DALMÁCIO; SALGADO, 2010; GÜREL; EKMEKCI, 2011; HOLANDA et al., 2012; REZENDE; CUSTÓDIO, 2012; MAIA; CARDOSO; PONTE, 2013; OLIVEIRA JUNIOR et al., 2015), o presente estudo levanta a seguinte hipótese (): O perfil dos ativos intangíveis dos clubes de futebol brasileiros não é semelhante ao dos clubes europeus.”* |

*8) O item 2.2 é meramente informativo, poderia ficar resumido em um quadro.*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| As autoras acreditam ser imprescindível este ponto da fundamentação teórica para a compreensão da hipótese do estudo. Dessa forma, após aperfeiçoamento da redação do texto, a hipótese foi conduzida para o final do item 2.2. |

*9) Quanto a metodologia, me parece em grande parte adequada, mas não existe uma justificativa plausível para se adotar apenas o ano de 2011.*

*Da mesma forma, falta uma melhor definição do que se busca provar em relação aos indicadores AIG e RAI.*

*A descrição das entidades da amostra poderia ficar em um quadro.*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| * No 2º parágrafo da metodologia as autoras mencionam que: *“[...] A escolha desse exercício financeiro deu-se, essencialmente, por dois motivos. Primeiramente, por se tratar do exercício ou temporada mais recente em que os clubes publicaram suas demonstrações – no Brasil, por exemplo, os clubes têm até o dia 31 de março do exercício subsequente para publicar as demonstrações financeiras anuais. Em segundo lugar, por ser o ano correspondente ao Ranking Mundial de Clubes da IFFHS de 2012 (utilizado como referência para a população pesquisada). [...]”.* De qualquer forma, foi destacado no texto que o fato refere-se à principal limitação do estudo.
* Foi incluído no fim do 2º parágrafo da metodologia: *“[...] o AIG (razão entre Ativo Intangível e Patrimônio Líquido) considerando que o indicador representa o valor do ativo intangível em relação ao valor contábil da empresa (PL) e o RAI (razão entre Ativo Intangível e Ativo Total), partindo do pressuposto que os clubes de futebol, pela sua atividade econômica, são entidades intangível-intensivas (SANTOS, 2004; PEREZ; FAMÁ, 2006; BASTOS; PEREIRA; TOSTES, 2007; IUDÍCIBUS et al., 2010; REZENDE; DALMÁCIO; PEREIRA, 2010; CARDOSO; MAIA; PONTE, 2012; HOLANDA et al., 2012; GALVÃO; MIRANDA, 2016; MOTA; BRANDÃO; PONTE, 2016).”*
* Foi incluído o Quadro 1 com a descrição da amostra.
 |

*10) O quadro 1 não é muito claro, até porque constam informações como ROE e ROA que não foram abordados no trabalho.*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| O Quadro 2 (antigo Quadro 1) foi revisado e as respectivas informações (ROE e ROA) retiradas. |

*11) Na pág. 9, quanto se diz US$ 2.4 milhões, acredito ser bilhões.*

*Na pág. 10, no trecho “... que ultrapassam a casa dos milhões...”, acredito ser bilhões.*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| Foram alterados os respectivos termos. |

*12) Melhorar o gráfico 1.*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| Gráfico alterado, conforme solicitado. |

*13) As informações sobre a características das entidades da amostra (SA, ações em bolsa ou LTDA) seria relevante se tivesse sido feito um embasamento melhor no referencial teórico. Acredito que essas características são fundamentais para o entendimento da qualidade da informação contábil, vis a vis os incentivos econômicos existentes.**Assim, a descrição dos resultados apresentados na pág 11 é fraca ao não explorar a questão da associação entre o tipo jurídico das entidades e a questão da divulgação das informações, visando se inferir sobre os possíveis incentivos econômicos existentes e que levam essas entidades a divulgar mais ou menos informações. Além disso, o ambiente institucional também tem importância relevante nessa questão.*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| Além da inclusão de um parágrafo no referencial teórico no item *2.1 Ativos intangíveis*, citada no Comentário ao ponto 7 do Avaliador C, foi incluído um adendo na pág. 12 o seguinte parágrafo: *“Enquanto as sociedades anônimas – que se configuram grande parcela dos clubes europeus – são incentivadas a divulgar mais informações com o propósito de ganhar mais credibilidade no mercado e assim facilitar a entrada de recursos, seja por meio de novos investidores ou credores, por outro lado, presume-se que as entidades sem fins lucrativos – tipo de sociedade da totalidade dos clubes brasileiros – o incentivo à divulgação de informações econômico-financeiras tem partido do governo ou órgãos reguladores, em troca de benefícios fiscais e tributários. É o que se pode constatar por meio das iniciativas promovidas nos últimos anos no Brasil com a emissão de novas normas e leis, como a Resolução CFC nº 1.429/2013, que aprovou a ITG 2003 - Entidade Desportiva Profissional, e a Lei nº 13.155/2015, buscando incentivar a quebra da assimetria informacional e aproximar a gestão dos clubes brasileiros ao modelo europeu.”* |

*14) Na pág. 12, em US$ 300 mil e demais valores, é essa a escala mesmo?*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| Sim. É essa escala. Apenas os três clubes citados apresentaram cifras inferiores. |

*15) Melhor o gráfico 2. Por ele não dá para perceber a dispersão alertada no texto.*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| Gráfico alterado, conforme solicitado. |

*16) Não se explora adequadamente o porquê da diferenciação dos resultados entre os clubes brasileiros e europeus. Parece-me que existem legislações diferentes que possam explicar, por exemplo, que nos clubes europeus não se divulga nenhum valor em “atletas contratados” e no Brasil é o item mais relevante. Faltou um aprofundamento nessa questão, apesar de se ter chamado atenção da existência de diferentes legislações, no caso, não estou me referindo a norma contábil.*

*Como foi o mercado de compra e venda de jogados em 2011. Isso poderia explicar algumas diferenças verificadas?*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| * Foram adicionados comentários pertinentes à elucidação do Avaliador C na pág. 14 e na pág. 15, conforme transcrições a seguir:

*“Vale destacar alguns fatores que podem ser responsáveis por essa disparidade entre os saldos médios do Ativo Intangível dos clubes brasileiros e europeus. É importante ressaltar que grande parte dos clubes europeus são sociedades anônimas, com maior captação de recursos para contratações, como já foi discutido anteriormente, e atuam em ambiente econômico estratégico, por serem países de “primeiro mundo”. Não se pode deixar de citar a força do mercado de compra e venda de jogadores. O Brasil, apesar de ser conhecido como “celeiro do futebol mundial”, por revelar muitos atletas influentes e requisitados no mundo inteiro, não possui um mercado forte que consiga disputar com o mercado europeu.”**“Observe que os clubes europeus não divulgam separadamente informações sobre Atletas contratados e sobre Atletas formados, diferentemente do Brasil que tem legislação específica, como a ITG 2003.”* |

*17) Se destaca o Brasil como “celeiro do futebol”, mas em termos de valores absolutos isso não se confirma (US$91MM contra US$85 MM). Assim, é preciso uma visão mais crítica do próprio esporte no sentido de que se investe relativamente pouco na formação de atletas.*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| Na pág. 16 foi incluído o seguinte parágrafo: “*É importante mencionar que as informações evidenciadas na Tabela 5 contrariam o destaque do Brasil como “celeiro do futebol mundial” já que, em 2011, os clubes europeus investiram, em termos de valores absolutos, aproximadamente US$ 92 milhões, contra pouco mais de US$ 85 milhões investidos pelos clubes brasileiros no mesmo ano. Contudo, é preciso uma visão mais crítica do próprio esporte no sentido de que se investe relativamente pouco na formação de atletas pelos clubes brasileiros.”* |

*18) Na pág. 14, quando se referencia Tabela 4, acredito ser Tabela 5.*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| Alteração da nomenclatura realizada, conforme solicitado. |

*19) Por fim, é preciso melhor especificar a lacuna existente na literatura e como o trabalho contribui para sanar essa lacuna.*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| Foi ressaltado no final da Introdução o diferencial do estudo e no final das Considerações Finais apresentado a lacuna e sugestões para futuras pesquisas. |

***Sugestões para melhoria quanto à forma (estrutura, linguagem, legibilidade)***

*20) É necessário uma revisão geral do texto quanto a questões gramaticas. Demais informações foram relatadas no item anterior.*

|  |
| --- |
| **Comentário** |
| Revisão realizada, conforme solicitado. |

Finalmente, cumpre observar que as autoras agradecem as considerações feitas, e se sentiram motivados a aprimorar o artigo, fazendo as alterações sugeridas e ampliando o espectro das reflexões, como poderá ser comprovado na versão ora apresentada.

Atenciosamente,

As autoras.